PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE
TERMO DE REFERÊNCIA

INTRODUÇÃO

Conceito e elementos.

O Termo de Referência (TR), é o documento constitutivo, elaborado a partir dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP) e definirá o objeto para atendimento da necessidade (art. 65 do Decreto nº 3.927/2023); deverá estar alinhado com o Plano de Contratação Anual (PCA), além de outros instrumentos de planejamento da Administração (art. 66 do Decreto nº 3.927/2023); será elaborado conjuntamente por servidores da área técnica e requisitante ou, pela equipe de planejamento da contratação (art. 67 do Decreto nº 3.927/2023); e ainda, deverá ser divulgado na mesma data do edital ou do aviso de contratação direta, como um anexo do processo administrativo (art. 68 do Decreto nº 3.927/2023).

Sua elaboração será em conformidade com o Art. 18 da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021, regulamentado a nível Municipal pelo Art. 69 do Decreto Municipal n° 3.927/2023, nos seguintes termos:

"Deverão ser registrados no TR os seguintes parâmetros e elementos descritivos:" (**caput** do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023).

*"I - **definição do objeto** [..]"* (inciso I do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso I do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 1** deste documento;

*"II – **fundamentação da contratação** [...]"* (inciso II do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso II do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 2** deste documento;

*"III – **descrição da solução como um todo** [...]"* (inciso III do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso III do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 3** deste documento;

*"IV – **requisitos da contratação;**"* (inciso IV do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IV do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 4** deste documento;

*"V – **modelo de execução do objeto,** [...]"* (inciso V do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso V do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 5** deste documento;

*"VI – **modelo de gestão do contrato,** [...]"* (inciso VI do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VI do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 6** deste documento;

*"VII – **critérios de medição e pagamento;**"* (inciso VII do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 7** deste documento;

*"VIII – **forma e critérios de seleção do fornecedor [...];"*** (inciso VIII do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VIII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 8** deste documento;

*"IX – **estimativas do valor da contratação,** [...]"* (inciso IX do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IX do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 9** deste documento;

*"X – **adequação orçamentária,** [...]"* (inciso X do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso X do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 10** deste documento;

O presente Termo de Referência apresenta as condições ponderadas pela contratante, visando a contratação de fornecedores para atender a demanda de serviços e/ou de produtos, os quais, estando vinculados a finalidade de atender aos anseios desta municipalidade.

Assim, a delimitação da solução nos termos e condições aqui estipulados não são classificadas como sigilosas, conforme os nos termos previstos na Lei nº 15.527/2011, e portanto, é condição de eficácia, a execução do que disciplina o Art. 68 do Decreto Municipal nº 3.927/2023.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 002/2026

DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, "a" e "i" da Lei n. 14.133/2021)

Órgão gestor:
Secretaria Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças, conforme os termos de Art. 192 do Decreto nº 3.927/2023.

Órgãos participantes:
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Planejamento municipal:
Verifica-se a consonância com o Plano de Contratação Anual, elaborado pela Administração Municipal para o ano de 2026 regulamentado no art. 30º do Decreto nº 3.927/23, publicado e disponível para consulta em: https://pmsjorge.pr.gov.br/divulga-licitacoes/plano-anual-de-compras/

Da dispensa de apresentação do ETP (Estudo Técnico Preliminar)
Verifica-se a obrigatoriedade de apresentação do Estudo Técnico Preliminar, uma vez que este procedimento não está fundamentado nos casos especificados no nos termos dos incisos I e II do Art. 63 do Decreto nº 3.927/23.

Responsáveis pela elaboração deste Termo de Referência
Membros requisitantes:

- Secretário Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças, nomeado pelo Decreto nº 4496/2025, o Sr CLAIR MARIANO DA COSTA;
- Secretária de Educação, Cultura e Esportes, nomeada pelo Decreto nº 4484/2025, a Sra NEIDE LORENCENA;
- Agente de Contratação, à fase de planejamento, o servidor CLODOALDO BLANK, nomeado pela Portaria nº 2865/2025.

SEÇÃO 1 – DAS DEFINIÇÕES DO OBJETO

(inciso I do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso I do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

1.1 – OBJETO.

Pregão Eletrônico, para contratação de empresa para prestação de serviço de transporte escolar intramunicipal, para alunos da rede municipal e estadual de ensino, com veículos com no máximo 20 anos de uso, e que ofereçam conforto aos alunos, mediante a requisição da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de São Jorge D'Oeste.

1.1.1 DA NATUREZA DO OBJETO

1.1.1.1 O serviço, objeto desta contratação é caracterizado como produto de natureza comum, conforme os termos do inciso VIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

1.1.1.2 O serviço, objeto desta contratação, é caracterizado como serviço contínuo, conforme os termos do inciso XV do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, ainda que durante a vigência, tenha-se recesso ou que seja interrompido pelo período de férias escolares.

1.1.2 DA QUALIFICAÇÃO DO OBJETO

Verifica-se e certifica-se que os itens objeto desta contratação não se enquadram como artigos de luxo com características descritas no art. 41 do Decreto nº 3.927/23.

1.1.3 DO QUANTITATIVO PRETENDIDO

1.1.3.1 O quantitativo estimado para esta contração apresenta-se conforme abaixo:

ITEM	CÓD. EQUIP.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UND	Quant
12	66520	LINHA 12 – LAGOS DO IGUAÇU/PARANHOS TRAJETO 1. Saída: 6h. Inicia-se na Escola Monsenhor Jorge Guimarães, e segue para os Lagos do Iguaçu pela PR-475, de lá, segue até a propriedade do Sr. Idelmar Vitorassi, volta até a estrada vicinal que leva a propriedade do Sr. Urico Pagliarin, segue por essa estrada até a PR-475, e por esta, segue até a propriedade do Sr. Flavio Arnoldo, retorna pela PR 475 até a entrada da estrada vicinal que leva a propriedade do Sr. Enio Sbergem, indo até lá, e retorna até a PR-475 e segue por ela até o trevo de acesso ao Distrito Dr. Antônio Paranhos, vai até a Escola Monsenhor Jorge Guimarães. Segue em direção a empresa Nelore Hetty, indo até a propriedade do Sr. Sergio Mozer, retornando em direção e até a propriedade do Sr. Eder Jacobs. Retorna passando pela empresa Blocom, e seguindo até a Escola Monsenhor Jorge Guimarães. Percurso de 40,39 km. TRAJETO 2. Saída: 11h30. Saindo da Escola Monsenhor Jorge Guimarães, e refaz em sentido contrário o TRAJETO 1, e quando na propriedade do Sr. Idelmar Vitorassi, retorna e segue até o Centro de Convenções, de lá, retorna via portal PR-475, para a Escola Monsenhor Jorge	KM	25.434,00

		Guimarães via portal junto a PR-475. Percurso de 44,85km. TRAJETO 3 Saída: 17h. Saindo da Escola Monsenhor Jorge Guimarães em direção a empresa Blocom, de lá, retorna à Escola, vai para, passando pelo loteamento Vila São Pedro, a propriedade do Sr. Enio Sbergem, volta a PR-475, segue por ela até à propriedade do Sr. Flavio Arnoldo, retorna até a estrada vicinal que leva a propriedade do Sr. Urico Pagliarin, e vai ate a propriedade do Sr Idelmar Vitorassi, retorna até o Centro de Convenções. De lá, retorna via portal PR-475, para a Escola Monsenhor Jorge Guimarães via portal junto a PR-475. Percurso de 35,87 km. Linha georreferenciada com aproximadamente 121,11 km dia/viagem. Demanda de veículo com no mínimo 18 LUGARES.		

1.1.4 PRAZO DO CONTRATO E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS é de 12 (doze) meses contados da assinatura da Ata de Registro de preços, podendo, ao término, ser renovado, e no que concerne ao quantitativo, poderá ser renovado ao quantitativo original, ao prazo de vigência, poderá ser prorrogado por igual período até o limite decenal, nos termos dos Art. 107 e Art. 108 da Lei nº 14.133/2021.

1.1.5 DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

As alterações referentes aos Art. 124 e Art. 125 da Lei nº 14.133/2021, estarão condicionadas a existência de regulamento a nível municipal, contemporâneo a solicitação para tais alterações, seguindo instruções do ACÓRDÃO 281/2015 PLENÁRIO TCE/PR.

1.2 – LOCAL DE EXECUÇÃO

Para melhor descrever os serviços, o local de execução está amplamente detalhado no descritivo do serviço em cada item, uma vez que os locais de execução são diferentes a cada item (linha de transporte).

1.3 – DA ADOÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Não se aplica.

SEÇÃO 2 - FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

(inciso II do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso II do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

2.1 O município, é o ente federado que tem por obrigação operacionalizar o transporte escolar nos limites do município, de forma que todos os alunos tenham acesso as escolas municipais e estaduais instaladas no território municipal;

2.2 Atualmente, o município, não tem disponibilidade do quantitativo de ônibus em frota própria, suficiente para atender a todos os alunos, de modo que cheguem as escolas nos períodos normais de aula;

2.3 A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, necessita promover a contratação de veículos terceirizados, para complementar as rotas de transportes dos alunos, das suas casas até as escolas e colégios no município;

SEÇÃO 3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

(inciso III do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso III do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

3.1 DO LEVANTAMENTO DE MERCADO

3.1.1 No desenvolvimento deste Estudo Técnico Preliminar, considerou-se apenas o cenário da realização do pregão para a contratação de terceirizados, uma vez que o município não dispõe de veículos (ônibus) suficientes para realizar o transporte, ainda que se assim fosse a intenção, haveria a necessidade de considerar a longo prazo.

3.1.2 A necessidade da contratação de uma empresa especializada através de um processo licitatório é a solução mais viável nesse momento. Esta solução apresenta-se mais vantajosa uma vez que atende às determinações legais, reduz custos operacionais e administrativos, conferindo à contratada a responsabilidade de manter regularmente o transporte de estudantes, sendo a opção mais viável e econômica para o Município.

3.1.3 A contratação consiste na prestação de serviço continuado, incluindo o veículo para transporte coletivo e mão de obra necessária para sua efetivação, com pagamentos mensais à contratada, que deverá manter o veículo devidamente regularizado junto aos órgãos de fiscalização.

3.1.4 Este certame, está para um divisor, no que diz respeito às condições exigidas para os veículos que poderão ser apresentados e utilizados para a execução dos serviços de transporte dos alunos;

3.1.4.1 Considerando que por esta contratação pretende-se a prorrogação da Ata de Registro de Preços, por no mínimo 5 anos, podendo chegar ao limite decenal estabelecido no Art. 107 da Lei nº 14.133/2021;

3.1.4.2 Considerando que para este certame, **OS VEÍCULOS APRESENTADOS PELO LICITANTE PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO, DEVERÃO TER SIDO FABRICADOS A PARTIR DO ANO DE 2006**, OU SEJA, **NÃO MAIS DO QUE 20 ANOS DE USO**, como condicionante para o aceite de proposta;

3.1.4.3 Considerando ainda, que na planilha de custos, anexa ao edital, exigida para envio ajustada ao lance vencedor, como critério imperativo de análise em futuros e eventuais pedidos de reequilíbrio financeiro, esta sendo permitida a contabilização da depreciação do veículo, em atenção a legislação contábil pertinente e vigente, de modo que estará sendo permitida a recuperação do investimento por parte do licitante;

3.1.4.4 Alerta-se que, em consonância com o mercado, na eventualidade do próximo certame, por discricionariedade da Administração, o critério de análise da vida útil dos veículos, será limitada a 10 anos de uso.

3.1.4.4.1 Para conhecimento, disponibiliza-se os seguintes endereços, no intuito de os licitantes, tomarem ciência, de por onde esta Administração, pauta-se para a construção da visão do futuro do transporte escolar municipal:

https://www.planalto.gov.br/ccivil 03/leis/l9503compilado.htm artigos 136 a 139;

https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/transito/conteudo-contran/resolucoes/resolucao7892020 consolidada2.pdf anexo II, item 6.2;

http://www.siget.pr.gov.br/Siget/rest/portal/download/124 Itens 7 e 8

SEÇÃO 4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

(inciso IV do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IV do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

4.1 Trata-se de um procedimento de **PREGÃO ELETRÔNICO**, para a assinatura de CONTRATO, com a empresa que apresentar a melhor proposta, em função do **MENOR PREÇO** por **ITEM,** não vendo que isso possa restringir a competitividade entre os licitantes e a busca pela vantajosidade para a contratante, mantendo as condições de qualidade do objeto.

4.1.1 Considerando a natureza do objeto em questão, torna-se evidente que sua divisão por itens se mostra viável e apropriada.

4.1.2 **A apresentação da proposta deverá atender na íntegra o disposto na Lei Municipal nº 1.202/2025, que dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de câmaras de monitoramento nos ônibus, micro-ônibus, vans e similares da frota própria e terceirizados**

utilizados no transporte de pessoas no Município de São Jorge D'Oeste, e dá outras providências.

4.2 O SERVIÇO deverá ser executado em conformidade com o disposto na Proposta Comercial apresentada.

4.3 A contratada deverá observar, no que couber, as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial o disposto na Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

4.4 A contratada também poderá adotar outros critérios que garantam a sustentabilidade.

4.5 **Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.**

4.6 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, em razão de ser uma contratação de curto prazo e pelas características do objeto.

SEÇÃO 5 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

(inciso V do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso V do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

5.1 O prazo de execução do objeto será de **15 (quinze) dias úteis**, contados a partir do recebimento da requisição de compras/empenho enviado pela secretaria requisitante, na forma que se segue:

5.1.1 Fica acordado da entrega imediata, partir da requisição pela Secretaria interessada;

5.2 A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.2.1 Ao tempo de final de cada mês, **mais precisamente no último dia útil do mês, a Secretaria que coordena a execução: Sec. de Municipal de Educação, enviará tanto a empresa, quanto ao departamento de empenho,** o termo de aceite provisório em memorando, com o quantitativo realizado no mês, para que seja requisitada a nota fiscal correspondente e posteriormente os trâmites de aceite definitivo e pagamento;

5.2.1.1 A nota fiscal deverá ser emitida pela empresa no primeiro dia útil do mês subsequente a execução do serviço, em conformidade a termo de aceite provisório emitido pela Sec. de Municipal de Educação;

5.2.2 Fica a contratada, **obrigada a enviar no momento da emissão do documento fiscal, o arquivo XML da Nota Fiscal** no e-mail oficial: compras@pmsjorge.pr.gov.br sendo condição obrigatória para empenho.

5.2.3 A contratante encaminhará a Nota de Empenho à contratada com vistas à apresentação de garantia de recursos financeiros para a contratação do objeto;

5.3 A contratada deverá **EXECUTAR/REALIZAR** o transporte **segundo calendário escolar das Instituições compreendidas no roteiro/itinerário, em consonância com o cronograma orientado pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes,** mediante as condições de quantidade e especificações conforme solicitação do órgão competente, nos termos do inciso X, do Art. 6º da Lei nº 14.133/2021;

5.3.1 **A Contratada, assume toda a responsabilidade de substituição por outro veículo, inspecionado nas mesmas condições do veículo oficial apresentado para executar o objeto, caso esse venha sofrear avarias, ou problemas que o impeçam de circular normalmente e nos horários agendados (carro reserva);**

5.3.2 **Caso a Secretaria de Educação possua veículo disponível, e esta assumir o transporte ocasional, a contratada não receberá o valor referente aquele roteiro (viagem), e lhes será imposta as atribuições previstas no item 7.8.1, deste documento, alínea a.**

5.3.3 No que couber, a garantia da execução, seguirá os termos da Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

SEÇÃO 6 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

(inciso VI do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VI do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

6.1 ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

6.1.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada uma das partes, responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.1.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.1.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada pelos Gestores do contrato, o senhor Clair Mariano da Costa, Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças, e estará a coordenação, a cargo da Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes a senhora Neide Lorencena, e fiscalizada pela fiscal administrativa dos contratos e atas de registro de preços, a servidora Ariani Becker, ainda, pela fiscal técnica para assunto de transporte escolar terceirizado, da secretaria de Educação, a servidora Marilce Colaca, nomeadas pelo Decreto nº 4.591/2025, nos termos da Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput.

6.1.4 O fiscal administrativo do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.1.4.1 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.1.4.2 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.1.5 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133 /2021, art. 120).

6.1.6 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.1.7 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.1.7.1 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

6.1.8 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

6.1.9 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, 31º).

SEÇÃO 7 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

(inciso VII do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

7.1 DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:

7.1.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não atender ao que fora requisitado pela Secretaria demandante;

b) não observado o tempo máximo para execução do objeto;

c) não proceder a instalação do equipamento no local designado e em plenas condições de funcionamento.

7.1.2 A utilização do disposto neste item não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da execução do objeto.

7.2 DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO

7.2.1 O objeto será recebido provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, contado do recebimento da Nota Fiscal, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.2.2 O contratante realizará inspeção minuciosa do objeto executado, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo uso do objeto, com a finalidade de verificar a adequação da entrega e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

7.2.2.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da execução do objeto, realizada em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.2.2.2 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.2.2.3 No prazo supracitado para o recebimento provisório, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

7.2.2.4 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.2.2.6 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos imediatamente, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3 DO RECEBIMENTO DEFINITIVO

7.3.1 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo as seguintes diretrizes:

7.3.1.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.3.1.2 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos produtos, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.3.1.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.3.2 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.4 DO PAGAMENTO

7.4.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço conforme este Termo de Referência.

7.4.2 O pagamento será feito pelo Município de São Jorge D'Oeste de forma parcelada, na periodicidade definida em contrato, de acordo com a periodicidade do encaminhamento da documentação relacionada no item 7.3.

7.4.3 O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias úteis, subsequentes ao recebimento definitivo.

7.4.4 O Município de São Jorge D'Oeste poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a tributos, multas ou indenizações devidas pelo(a) fornecedor(a), incidentes sobre a execução do objeto da contratação.

7.4.5 O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

7.4.6 O Município de São Jorge D'Oeste, tem regulamentado no Art. 159 do Decreto nº 4.393/2024, a **ORDEM CRONOLÓGICA DOS PAGAMENTOS**. Aos pontos sobre as possibilidades de alteração desta ordem cronológica e classificatória para a efetivação dos pagamentos, poderá ser nas condições do Art. 160 do Decreto nº 4.393/2024.

7.4.7 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
a) o prazo de validade;
b) a data da emissão;
c) os dados do contrato e do órgão contratante;
d) o período de prestação dos serviços;
e) o valor a pagar;
f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis; e
g) acompanhado da requisição dos serviços.

7.4.8 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, a ordem cronológica para o pagamento, é novamente reestabelecida, e iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

7.4.9 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.10 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

7.4.10.1 A cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas nesta contratação.

7.4.10.2 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF

7.4.11 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

7.4.12 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.4.13 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado,

para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.4.14 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.4.15 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.4.16 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

7.4.17 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

7.4.18 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

7.4.19 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP

Sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga;
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: I = (6 / 100) I = 0,00016438
I = (TX) 365 TX = Percentual da taxa anual = 6%

7.5 DO REAJUSTE, REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO DE PREÇOS REGISTRADOS:

7.5.1 Com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro, a Administração promoverá o reajuste de preços mediante apostilamento, e aplicará a variação do índice IPCA ou INPC, o que representar maior vantagem para a contratante. Ainda, o termo inicial será a data do

orçamento estimado realizado na etapa preparatória, ou seja, será considerado o mês de abril de 2025, desde que decorrido no mínimo 1 (um) ano de referido marco temporal.

7.5.2 A repactuação de preços também ocorrerá mediante apostilamento, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em, qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida em contrato.

7.5.3 O reequilíbrio dos preços registrados poderá a qualquer tempo durante a vigência da ata, com objetivo de restabelecer a relação econômico-financeira entre as partes, será formalizada mediante apostilamento, observando o disposto no inciso II do Art. 124 da Lei nº 14.133/2021, e deverá ser realizado nas seguintes hipóteses:

7.5.3.1 Mediante a solicitação do fornecedor em casos de justificado e comprovado o aumento nos custos;

7.5.3.2 Deverá ainda ser solicitado pelo fornecedor, pelo princípio da moralidade no trato do interesse público, quando ocorrer redução dos seus custos;

7.5.3.3 A Administração poderá, mediante diligências dos fiscais do contrato e da comprovação por fontes oficiais, requerer e promover unilateralmente a redução dos valores contratados.

7.5.4 O pedido realizado pelo fornecedor para reequilíbrio de preços será analisado e respondido no prazo de 10 (dez) dias úteis, e seus efeitos, via de regra, ocorrerão a partir da data do aditivo.

7.5.5 A emissão de nota de empenho ou ordem de fornecimento, não configurará óbice para analisar o pedido de reequilíbrio de preço.

7.5.5 A execução do objeto ou a extinção da ata de registros de preços, não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que ao reequilíbrio poderá ser concedido por meio de termo indenizatório.

7.6 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.6.1 DAS CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CONTRATO

7.6.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.6.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.6.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.6.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.6.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.6.1.6 Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.6.1.7 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

7.6.1.7.1 Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

7.6.1.7.2 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

7.6.1.7.3 Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

7.6.1.7.4 Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

7.6.1.8 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

7.6.1.9 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

7.6.1.10 Cientificar o órgão de representação judicial da procuradoria do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.6.1.11 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.6.1.12 Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 10 (dez) para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

7.6.1.13 Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

7.6.1.14 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.6.2 DAS CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO

7.6.2.1 No Código de Trânsito Brasileiro, Cap. XIII - DA CONDUÇÃO DE ESCOLARES, o art. 136 estabelece que os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, exigindo-se, para tanto que, em relação à apresentação, os veículos devem possuir:

7.6.2.1.1 **O ANO DE FABRICAÇÃO DO VEÍCULO SERÁ LIMITADO AO ANO DE 2006**, ou seja, só estará habilitado para executar o referido objeto, veículos com **NO MÁXIMO 20 ANOS DE USO AO TEMPO DESTE CERTAME;**

7.6.2.2 Os problemas apontados e os possíveis defeitos, as medidas e os prazos para solucioná-los, serão determinados pela Administração Municipal. **O primeiro laudo de vistoria realizada pelo DETRAN, deverá ser entregue até a assinatura do contrato.**

7.6.2.3 Os serviços serão programados, autorizados e coordenados pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, de acordo com o calendário ESCOLAR do ano corrente.

7.6.2.4 Sujeitar-se a vistorias constantes, independente da realizada por ocasião de seu licenciamento, a ser realizada diretamente pelo Município ou por entidade credenciada (CIRETERAN e Engenheiro Mecânico).

7.6.2.5 Deverá contar com equipamento registrador instantâneo de velocidade e tempo.

7.6.2.6 Lanternas de luz branca, fosca ou amarela, dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas nas extremidades superior da parte traseira.

7.6.2.7 Apresentação diferenciada, pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçeria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçeria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas, conforme legislação;

7.6.2.8 Limitador para abertura das janelas e vidros, no limite de 10cm de abertura;

7.6.2.8.1 Quando tiver que transportar crianças que necessitam de equipamento auxiliar de segurança, (CADEIRINHAS), é de responsabilidade da Contratada, disponibilizar em quantidade necessária e suficiente para atender a demanda.

7.6.2.9 Possuir cintos individuais de segurança, segundo as normas estabelecidas pelo CONTRAN em número iguala a lotação.

7.6.2.10 Possuir extintor de incêndio, obedecidas às normas do CONTRAN.

7.6.2.11 Outros equipamentos obrigatórios pelo CONTRAN.

7.6.2.12 Certificado de Inspeção de Segurança Veicular Escolar ou Laudo de Inspeção Técnica, emitido pela entidade/empresa autorizada/credenciada e homologada pelo departamento nacional de trânsito – DENATRAN.

7.6.2.13 Deverá contar com sistema de ar condicionado;

7.6.2.14 **Inspeção semestral para verificação dos VEÍCULOS JUNTO AO DETRAN.**

7.6.3 DO SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL DOS ALUNOS

7.6.3.1 Além do seguro DPVAT, é dever da Contratada realizar seguro de todos os veículos utilizados para no transporte escolar cuja cobertura ampare sinistros contra a vida dos passageiros e terceiros, decorrentes da prestação de serviços de responsabilidade civil, conforme regulamentado pela ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres).

7.6.3.2 Deverá, para tanto, como condições gerais para contratação do seguro para os veículos, observar o que se segue:

7.6.3.2.1 Modalidade de contratação: valor determinado ou valor mercado referenciado – VMR (100% tabela FIPE);

7.6.3.2.2 Cobertura: colisão, incêndio, roubo e furto;

7.6.3.2.3 Responsabilidade civil facultativa – veículo (RCF/V):

I - PARA VEÍCULO TIPO ONIBUS COM 40/46 LUGARES:

- ✓ Apólice deverá contemplar no mínimo Danos corporais e ou materiais, causados à passageiros cobertura total **R$ 4.000.000,00 (Quatro milhões de reais)**.
- ✓ Apólice deverá contemplar no mínimo, Danos morais causados à passageiros cobertura total **R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais)**.
- ✓ Apólice deverá contemplar no mínimo, Danos morais causados à terceiros não transportados cobertura total **R$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais)**.
- ✓ Apólice deverá contemplar no mínimo, Danos estéticos causados à passageiros transportados **R$ 200.000,00 (Duzentos mil reais)**;
- ✓ Apólice deverá contemplar no mínimo Responsabilidade civil acidentes pessoais evento morte acidental passageiros transportados **R$ 200.000,00 (Duzentos mil reais)**;
- ✓ Apólice deverá contemplar no mínimo Responsabilidade civil acidentes pessoais evento invalidez permanente passageiros transportados **R$ 200.000,00 (Duzentos mil de reais)**;
- ✓ Apólice deverá contemplar no mínimo Responsabilidade civil para danos corporais, causados a terceiros não transportados **R$ 300.000,00 (trezentos mil reais)**;

II - PARA VEÍCULO TIPO VAN/KOMBI COM 18 A 26 LUGARES:

- ✓ Apólice deverá contemplar no mínimo Danos corporais e ou materiais, causados à passageiros cobertura total **R$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais)**.
- ✓ Apólice deverá contemplar no mínimo, Danos morais causados à passageiros cobertura total **R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais)**.
- ✓ Apólice deverá contemplar no mínimo, Danos morais causados à terceiros não transportados cobertura total **R$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais)**.
- ✓ Apólice deverá contemplar no mínimo, Danos estéticos causados à passageiros transportados **R$ 200.000,00 (Duzentos mil reais)**;
- ✓ Apólice deverá contemplar no mínimo Responsabilidade civil acidentes pessoais evento morte acidental passageiros transportados **R$ 200.000,00 (Duzentos mil reais)**;
- ✓ Apólice deverá contemplar no mínimo Responsabilidade civil acidentes pessoais evento invalidez permanente passageiros transportados **R$ 200.000,00 (Duzentos mil de reais)**;
- ✓ Apólice deverá contemplar no mínimo Responsabilidade civil para danos corporais, causados a terceiros não transportados **R$ 300.000,00 (trezentos mil reais)**;

7.6.4 DOS CONDUTORES

7.6.4.1 A licitante deverá apresentar a documentação do condutor, conjuntamente a apresentação dos documentos da empresa;

7.6.4.2 Do condutor será exigido a Carteira Nacional de Habilitação qualificada ao tipo do veículo, bem como ao tipo de transporte (Passageiros), e ao que menciona as Normas para Gestão do Transporte Escolar Público do Paraná sobre os condutores;

7.6.4.2.1 **Do condutor será exigido a Certidão de Antecedentes Criminais**, justificando esta exigência, pela responsabilidade que o mesmo terá, ao conduzir um veículo, onde os passageiros na sua grande maioria, senão na sua totalidade, são menores de idade.

7.6.4.3 **A licitante NÃO PODERÁ anexar os documentos do mesmo condutor, indicando-o para conduzir veículos, quando for o caso DE LINHAS EM COMPATIBILIDADE DE HORÁRIO (mesmo horário para cumprimento de roteiro), a fim de sagrar-se vencedor em ambas as linhas.**

7.6.4.4 A Contratada, deverá manter durante toda vigência desta Ata de Registro de Preços, o mesmo Condutor apresentado a tempo do certame. Em caso de necessidade de substituí-Lo, por motivo de forma maior, deverá a Contratada, antes do condutor iniciar os serviços, entregar os documentos exigidos para este certame, e solicitar a emissão do Termo de Aceite

da Substituição, emitida pelo gerenciador e coordenador da Ata de Registro de Preços em pauta.

7.6.5 DA COMPROVAÇÃO DA SITUAÇÃO DE REGULARIDADE DOS CONDUTORES E DO SEGURO ADICIONAL

7.6.5.1 **Até 10 dias úteis após declarado o vencedor do certame. A** vencedora deverá apresentar cópia autenticada (ou original com a devida cópia, para autenticação por servidor da Contratante), os seguintes documentos:

7.6.5.1.1 Apólice de Seguro para cada veículo proposto para executar o serviço, com cobertura total para todos os passageiros, e com vigência permanente, durante todo o prazo contratual;

7.6.5.1.2 Certificado de registro do veículo em nome da Contratada, ou no nome do proprietário da Empresa, ou ainda se veículo locado, sob qualquer forma, apresentar o contrato de locação em nome da Contratada ou do seu proprietário;

7.6.5.1.3 Certificado de Regularização do veículo, ou Laudo de Inspeção junto aos órgãos competentes – INMETRO, ou, DENATRAM, ou, DETRAN,e/ou, DER;

7.6.5.1.4 Declaração da empresa vencedora indicando o motorista responsável pela condução do veículo;

7.6.5.1.5 A CNH do responsável pela condução do veículo, na categoria apropriada ao veículo solicitado para a linha a ser executada;

7.6.5.1.6 Prova do vínculo empregatício do condutor com a Contratada;

7.6.5.1.7 Declaração do Condutor, atestando que será Ele o responsável pela condução do referido veículo, para a execução da referida Linha;

7.6.5.1.8 Certidão de Antecedentes Criminais, emitida em prol do Condutor;

7.6.5.1.9 Certidão Negativa de Infrações Graves e Gravíssimas, emitida pelo DETRAN na CNH do Condutor, para os 12 meses anteriores ao mês deste certame.

7.7 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.7.1 DAS CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CONTRATO

7.7.1.1 O contrato é proposto para transporte única e exclusivamente de alunos, frequentando as escolas municipais, colégios estadual, CMEIS, APAE, e na eventualidade de lugares disponíveis, para os professores das referidas escolas, **desta forma fica definitivamente**

proibido, nestas viagens sob o Contrato, o transporte na modalidade "carona" para outras pessoas, ou ainda, sob cobrança do serviço em separado, de forma adicional ao estipulado neste contrato, ficando expresso que o caso trata-se do considerado na alínea ***c*** do item 7.8.1 deste documento **(fraude na execução do contrato)**, e estará sob as sanções nele previstas.

7.7.1.1.1 Percorrer os roteiros (trajetórias) programados na sua integralidade, e nos movimentos descritos, salvo em casos que tenham obstáculos intransponíveis, quando na ocorrência destas situações, deverá ser comunicado imediatamente a coordenação desta Ata de Registro de preços.

7.7.1.1.2 Nos horários programados, os veículos só poderão circular nos roteiros programados com os passageiros aos quais se destina esse transporte. A não observância do roteiro programado, será considerada infração nos termos do item 7.8.1, alínea ***a***, para efeitos de aplicação de sanções.

7.7.1.1.3. Os arquivos relacionados ao GEORREFERENCIAMENTO, estão em anexo a este documento;

7.7.1.1.3.1 Os roteiros (trajetórias) poderão sofrer alterações, durante a vigência do contrato, desde que limitadas a região proposta incialmente, caso que deverá haver novo georreferenciamento dos pontos, para comprovar as alterações na quilometragem.

7.7.1.1.3.2 Nestes casos não haverá necessidade de formalizar-se por aditivos ao contrato, uma vez que esta Ata de Registro de preços, está pautada por quantitativo de quilômetros, e tal alteração não se trata de alterações do objeto, nem mesmo das condições contratuais ou de cláusula contratual.

7.7.1.2 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

7.7.1.2.1 Reparar, corrigir ou remover, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

7.7.1.2.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Municipalidade ou à órgão municipal, ou ainda à algum bem público municipal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.7.1.2.3 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

7.7.1.2.4 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7° do Decreto n° 7.203, de 2010 e e Inciso V do Parecer Jurídico nº 001.01.2018, da Assessoria Jurídica do Município de São Jorge D'Oeste/PR;

7.7.1.2.5 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

7.7.1.2.6 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

7.7.1.2.7 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

7.7.1.2.8 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

7.7.1.2.9 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

7.7.1.2.10 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

7.7.1.2.11 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

7.7.1.2.12 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

7.7.1.2.13 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

7.7.1.2.14 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

7.7.1.2.15 Executar o objeto dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

7.7.1.2.16 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.7.1.2.17 Cumprir, além dos postulados legais vigentes (CONTRAN, DENATRAN) de âmbito federal, estadual ou municipal, em ralação as normas de SEGURANÇA DOS ALUNOS, especialmente nos tocantes ao transporte escolar, não permitir que pessoas não autorizadas pela Contratante, utilizem-se deste transporte, ainda que seja em casos de "carona extraordinária".

7.8 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.8.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
c) fraudar na execução do contrato;
d) comportar-se de modo inidôneo; ou
e) cometer fraude fiscal.

7.8.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

i) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

ii) Multa de:

(1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

(2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

(3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

(4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

(5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

(6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

iv) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

7.8.3 As sanções previstas nos subitens "i", "iii" e "iv" poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

7.8.4 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato

3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência. Fraudar a execução do contrato.	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento.	4
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia.	3
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia.	2
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia.	3
6	Para os itens a seguir, deixar de: Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia.	1
7	Para os itens a seguir, deixar de: Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência.	2
8	Para os itens a seguir, deixar de: Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia.	1
9	Para os itens a seguir, deixar de: Cumprir quaisquer dos itens deste Termo de Referência, do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	3
10	Para os itens a seguir, deixar de: Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato.	1
11	Para os itens a seguir, deixar de: Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA.	1

7.8.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:

7.8.5.1 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

7.8.5.2 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

7.8.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

7.8.7 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

7.8.8 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8.9 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

7.8.10 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

7.9. DO IMPEDIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

7.9.1 As condições de realização dos serviços, objetos deste procedimento, deverão ser devidamente destacadas, para que as empresas que desejarem participar tenham conhecimento das reais necessidades da administração.

7.9.2 Não será permitida a participação de empresas sob regime de consórcio. É vedada a participação de empresa em consórcio, tendo em vista a simplicidade da contratação, e por não se tratar de licitação de alta complexidade.

7.9.3 Independentemente de quantas sedes ou unidades de atendimento permanentes a pessoa jurídica ou o seu grupo econômico possuam, e indiferentes as suas localizações, somente será admitido a proposta de apenas uma unidade por grupo econômico, para fins de aumentar a competitividade.

7.9.3.1 Presumem-se integrantes do mesmo grupo econômico:

a) as empresas controladoras, controladas ou coligadas;
b) a pessoa jurídica que possua como sócio, administrador ou não, a mesma pessoa física que seja sócia-administradora, ou sócia majoritária, ou sócia exclusiva de outra pessoa jurídica interessada no certame;
c) a pessoa jurídica que possua como sócio, administrador ou não, o cônjuge, o companheiro, ou os filhos do sócio(a)-administrador(a), ou o sócio majoritário, ou do sócio exclusivo da pessoa jurídica interessada no certame;
d) outras hipóteses em que se identifica a relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, entre duas pessoas jurídicas interessadas no certame.

SEÇÃO 8– FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

(inciso VIII do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VIII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

8.1 O fornecedor foi selecionado por apresentar a melhor proposta comercial por item, com valores não superiores aos apurados na pesquisa de preços realizada pela contratante e admitidos por este instrumento como preço máximo para a contratação.

8.2 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanções que a impeçam de celebrar contrato com a Administração, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, , tais como:

a) SICAF;
b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www. portaldatransparencia.gov.br/ceis); e
c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www. portaltransparencia.gov.br/sanções/cnep).

8.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.5 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.6 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.7 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.12.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

8.12.1.1 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12.1.2 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.12.1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

8.12.1.4 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

8.12.1.5 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.

8.12.1.6 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

8.12.1.7 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

8.12.1.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.12.1.9 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.12.2 HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

8.12.2.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.12.2.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora Geral da Fazenda Nacional.

8.12.2.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.12.2.4 declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

8.12.2.5 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.12.2.6 prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.12.2.7 prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.12.2.7.1 caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

8.13 HABILITAÇÃO TÉCNICA

8.13.1 não se aplica

8.14 HABILITAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

8.14.1 Verificou-se que diante do caso concreto, que a não obrigatoriedade de apresentação dos requisitos para HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, não é relevante ante a forma de execução do objeto, o fracionamento e a tempestividade do pagamento e da celeridade com que se verifica a não execução do objeto, casos nos quais, já estão predefinidas as sanções à CONTRATADA.

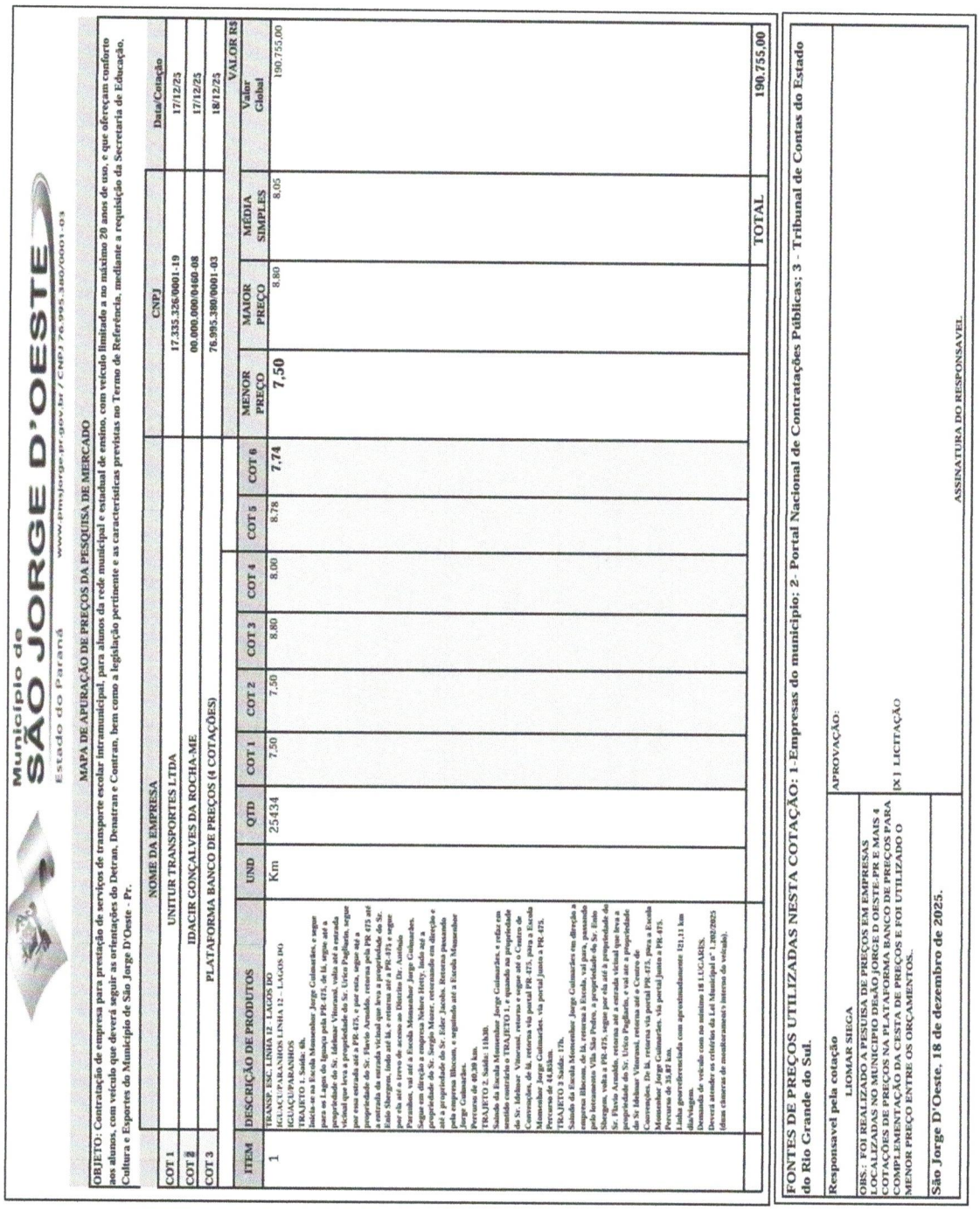
8.14.2 Considerando ainda que a característica do objeto desta contratação, no caso de paralização, ou incapacidade da CONTRATADA de continuar a execução, não causará danos ao erário, apenas, a paralização de um serviço, embora essencial, mas que não interfere na execução dos demais serviços públicos.

8.14.3 Portanto, para não atentar a restrição de competitividade ao certame, a CONTRATANTE, desobriga aos licitantes a comprovação da qualificação econômica financeira, prevista no Art. 70 da Lei nº 14.133/2021.

SEÇÃO 9 – ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

(inciso IX do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IX do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

9.1 Conforme Mapa de apuração espelhado abaixo, é possível perceber a formação do preço máximo para esta contratação, mediante a composição da cesta de preços, com 5 (cinco) fornecedores diretos, ainda que não exatamente os contratados nas respectivas linhas, para parametrizar o preço orçado, a verificar:



Município de
SÃO JORGE D'OESTE
Estado do Paraná
www.pmsjorge.pr.gov.br / CNPJ 76.995.380/0001-03

MAPA DE APURAÇÃO DE PREÇOS DA PESQUISA DE MERCADO

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar intramunicipal, para alunos da rede municipal e estadual de ensino, com veículo limitado a no máximo 20 anos de uso, e que ofereçam conforto aos alunos, com veículo que deverá seguir as orientações do Detran, Denatran e Contran, bem como a legislação pertinente e as características previstas no Termo de Referência, mediante a requisição da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de São Jorge D'Oeste - Pr.

	NOME DA EMPRESA	CNPJ	Data/Cotação
COT 1	UNITUR TRANSPORTES LTDA	17.333.326/0001-19	17/12/25
COT 2	IDACIR GONÇALVES DA ROCHA-ME	00.000.000/0460-08	17/12/25
COT 3	PLATAFORMA BANCO DE PREÇOS (4 COTAÇÕES)	76.995.380/0001-03	18/12/25

ITEM	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UND	QTD	COT 1	COT 2	COT 3	COT 4	COT 5	COT 6	MENOR PREÇO	MAIOR PREÇO	MÉDIA SIMPLES	VALOR R$ Valor Global
1	TRANSP. ESC. LINHA 12 - LAGOS DO IGUAÇU/PARANHOS TRAJETO 1, Saída: 6h. Inicia-se na Escola Monsenhor Jorge Guimarães, e segue para os Lagos do Iguaçu pela PR 475, de lá, segue até a propriedade do Sr. Idelmar Vitorassi, volta até a entrada inicial que leva a propriedade do Sr. Urias Pagliarin, segue pela PR 475 até a entrada da estrada vicinal que leva a propriedade do Sr. Flavio Arnaldo, retorna pela PR 475 até a entrada da estrada vicinal que leva a propriedade do Sr. Enio Shergues, lindo até lá, e retorna até a PR 475 e segue por ela até o trevo de acesso ao Distrito Dr. Antônio Paranhos, vai até a Escola Monsenhor Jorge Guimarães. Segue em direção a empresa Nekare Hetty, lindo até a propriedade do Sr. Sergio Mazer, retornando em direção a até a propriedade do Sr. Elio Zanela, Retorna passando pela empresa Bloom, e seguindo até a Escola Monsenhor Jorge Guimarães. Percurso de 40,59 km. TRAJETO 2, Saída: 11h30. Saindo da Escola Monsenhor Jorge Guimarães, e refaz em sentido contrário o TRAJETO 1, e quando na propriedade do Sr. Idelmar Vitorassi, retorna e segue até o Centro de Convenções, de lá, retorna via portal PR 475, pera a Escola Monsenhor Jorge Guimarães, via portal junto a PR 475. Percurso de 41,84km. TRAJETO 3 Saída: 17h. Saindo da Escola Monsenhor Jorge Guimarães em direção a empresa Bloom, de lá, retorna a Escola, vai para, passando pelo loteamento Vila São Pedro, a propriedade do Sr. Enio Shergues, volta a PR 475, segue por ela até a propriedade do Sr. Flavio Arnaldo, retorna até a entrada vicinal que leva a propriedade do Sr. Urias Pagliarin, segue até a propriedade do Sr Idelmar Vitorassi, retorna até o Centro de Convenções. De lá, retorna via portal PR 475, pera a Escola Monsenhor Jorge Guimarães, via portal junto a PR 475. Percurso de 38,87 km. Linha georeferenciada com aproximadamente 121,11 km diária/ônibus. Demanda de veículo com no mínimo 18 LUGARES. Deverá atender os critérios da Lei Municipal nº 1.802/2025 (idade máxima de sucateamento 5 anos de fabricação).	Km	25434	7,50	7,50	8,80	8,00	8,78	7,74	7,50	8,80	8,05	190.755,00
												TOTAL	190.755,00

FONTES DE PREÇOS UTILIZADAS NESTA COTAÇÃO: 1-Empresas do município; 2- Portal Nacional de Contratações Públicas; 3 - Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

Responsavel pela cotação
LIOMAR SIEGA

APROVAÇÃO:

OBS.: FOI REALIZADO A PESUISA DE PREÇOS EM EMPRESAS LOCALIZADAS NO MUNICIPIO DESÃO JORGE D OESTE-PR E MAIS 4 COTAÇÕES DE PREÇOS NA PLATAFORMA BANCO DE PREÇOS PARA COMPLEMENTAÇÃO DA CESTA DE PREÇOS E FOI UTILIZADO O MENOR PREÇO ENTRE OS ORÇAMENTOS..

[X] LICITAÇÃO

São Jorge D'Oeste, 18 de dezembro de 2025.

ASSINATURA DO RESPONSAVEL

9.1.1 Do Mapa acima, elaborado pelo servidor LIOMAR SIEGA, nomeado competente pela Portaria nº 2735/2025, extrai-se que:

ITEM	CÓD. EQUIP.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UND	Quant	Valor unit.	Valor total do item
1	66520	LINHA 12 – LAGOS DO IGUAÇU/PARANHOS TRAJETO 1. Saída: 6h. Inicia-se na Escola Monsenhor Jorge Guimarães, e segue para os Lagos do Iguaçu pela PR-475, de lá, segue até a propriedade do Sr. Idelmar Vitorassi, volta até a estrada vicinal que leva a propriedade do Sr. Urico Pagliarin, segue por essa estrada até a PR-475, e por esta, segue até a propriedade do Sr. Flavio Arnoldo, retorna pela PR 475 até a entrada da estrada vicinal que leva a propriedade do Sr. Enio Sbergem, indo até lá, e retorna até a PR-475 e segue por ela até o trevo de acesso ao Distrito Dr. Antônio Paranhos, vai até a Escola Monsenhor Jorge Guimarães. Segue em direção a empresa Nelore Hetty, indo até a propriedade do Sr. Sergio Mozer, retornando em direção e até a propriedade do Sr. Eder Jacobs. Retorna passando pela empresa Blocom, e seguindo até a Escola Monsenhor Jorge Guimarães. Percurso de 40,39 km. TRAJETO 2. Saída: 11h30. Saindo da Escola Monsenhor Jorge Guimarães, e refaz em sentido contrário o TRAJETO 1, e quando na propriedade do Sr. Idelmar Vitorassi, retorna e segue até o Centro de Convenções, de lá, retorna via portal PR-475, para a Escola Monsenhor Jorge Guimarães, via portal junto a PR-475. Percurso de 44,85km. TRAJETO 3 Saída: 17h. Saindo da Escola Monsenhor Jorge	KM	25.434	R$ 7,50	R$ 190.755,00

		Guimarães em direção a empresa Blocom, de lá, retorna à Escola, vai para, passando pelo loteamento Vila São Pedro, a propriedade do Sr. Enio Sbergem, volta a PR-475, segue por ela até à propriedade do Sr. Flavio Arnoldo, retorna até a estrada vicinal que leva a propriedade do Sr. Urico Pagliarin, e vai ate a propriedade do Sr Idelmar Vitorassi, retorna até o Centro de Convenções. De lá, retorna via portal PR-475, para a Escola Monsenhor Jorge Guimarães, via portal junto a PR-475. Percurso de 35,87 km. Linha georreferenciada com aproximadamente 121,11 km dia/viagem. Demanda de veículo com no mínimo 18 LUGARES.				

9.1.2 Da análise acima, define-se como preço máximo para a pretensa contratação, o valor de **R$ 190.755,00 (Cento e noventa mil e setecentos e cinquenta e cinco reais)**

9.2 No que se refere ao critério adotado para admissão do preço máximo para a contratação: MENOR PREÇO.

9.3 Da Justificativa de Preços

9.3.1 Com relação à pesquisa de preços, o Art. 46 do Decreto nº 3.927/2023, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública municipal, estabelece regras específicas para as contratações, em todas as suas formas, in verbis:

"A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme regulamento a ser instituído pela União" (disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia).

§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.

9.3.2 A justificativa do preço, exigida pelo inciso art. 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 é feita, portanto, em consonância com o entendimento que consta do Acórdão nº 819/2005 – TCU Plenário, no sentido de que o preço deverá estar compatível com aqueles que o próprio contratado pratica junto a outros órgãos, nestes termos: "9.1.3. quando contratar a realização de cursos, palestras, apresentações, shows, espetáculos ou eventos similares, demonstre, a título de justificativa de preços, que o fornecedor cobra igual ou similar preço de outros com quem contrata para evento de mesmo porte, ou apresente as devidas justificativas, de forma a atender ao §4º do art. 23 da Lei 14.133/2021;"

9.3.3 Outro paradigma de boa prática que se utiliza, a propósito, é a seguinte orientação da Advocacia Geral da União: "É obrigatória a justificativa de preço na inexigibilidade de licitação, que deverá ser realizada mediante a comparação da proposta apresentada com preços praticados pela futura contratada junto a outros órgãos públicos ou pessoas privadas." (Orientação Normativa AGU nº 17/09)

9.4 DA ACEITABILIDADE E DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA

O MUNICÍPIO DE São Jorge D'Oeste, adota em seus certames, os seguintes pressupostos, quando analisa a questão de INEXEQUIBILIDADE das propostas, fundamentado nos basilares do TCU, apresentados em:

BRASIL. Tribunal de Contas da União.

Licitações & Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU / Tribunal de Contas da União. 5ª Edição, Brasília: TCU, Secretaria-Geral da Presidência, 2024.
1.Contratações. 2.Licitação. 3. Contrato Administrativo. I. Título.

Destaca-se, disponível em: https://licitacoesecontratos.tcu.gov.br/wp-content/uploads/sites/11/2024/09/Licitacoes-e-Contratos-Orientacoes-e-Jurisprudencia-do-TCU-5a-Edicao-29-08-2024.pdf acessado em 20/08/2025 – 09h39

9.4.1 Verificar a aceitabilidade da proposta envolve analisar a sua adequação ao objeto definido no edital e a compatibilidade do valor proposto com o preço estimado para a contratação *(IN – Seges/MGI 2/2023, art. 25; IN – Seges/ME 96/2022, art. 31, § 1º; IN – Seges/ME 73/2022, art. 29.).* Como já apontado, o exame deve se limitar à proposta mais bem classificada segundo o critério de julgamento adotado.

9.4.2 Durante o exame de aceitabilidade da proposta, a Lei 14.133/2021 dispõe que serão desclassificadas as propostas que:

> Art. 59 [...]
>
> I – contiverem vícios insanáveis;
>
> II – não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
>
> III – apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
>
> IV – não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
>
> V – apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

9.4.2.1 O inciso I aplica-se a vícios graves, para os quais não há possibilidade de saneamento sem que prejudique a competitividade e a isonomia no certame.

9.4.2.1.1 Importante mencionar que, no procedimento licitatório, deve ser observado o princípio do formalismo moderado, conforme dispõe o art. 12, inciso III, da Lei 14.133/2021:

> Art. 12 [...]
>
> III – o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;

9.4.2.1.2 Assim, defeitos formais das propostas poderão ser sanados pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, conforme o princípio do formalismo moderado

(Lei 14.133/2021, art. 12, inciso III c/c Decreto 11.246/2022, art. 14, inciso III, alínea "d", e art. 17, inciso III; IN – Seges/ME 73/2022, art. 41; Lei 9.784/1999, art. 55.).

9.4.2.2 Quanto ao inciso II do art. 59, a aceitabilidade das propostas requer a conformidade com todos os elementos que definem o objeto da contratação, incluindo as exigências técnicas e os atributos de qualidade.

9.4.2.2.1 Quando for o saco de qualificação de amostras, ou provas de conceito, os requisitos de aceitabilidade da proposta podem prever, para o licitante provisoriamente vencedor, a homologação de amostras, a realização de exame de conformidade ou de prova de conceito, entre outros testes, com vistas à comprovação de que o objeto ofertado está aderente às especificações definidas no termo de referência ou no projeto básico *(Lei 14.133/2021, art. 17, § 3º; art. 41, inciso II, e art. 42, § 1º.).*

9.4.2.2.2 A Administração também pode utilizar um protótipo como padrão para aceitabilidade da proposta. Nesse caso, as amostras exigidas do licitante melhor colocado serão comparadas com esse protótipo. O exame de amostras poderá ser realizado por instituição com reputação ético-profissional na especialidade do objeto, previamente indicada no edital *(Lei 14.133/2021, art. 42, §§ 2º e 3º.).*

9.4.2.2.3 Nas hipóteses elencadas pelo art. 41, inciso I, da Lei 14.133/2021, é possível restringir a aquisição de bens a determinadas marcas ou modelos indicados, ou utilizar as indicações como padrão para avaliar a aceitabilidade do produto ofertado pelo licitante. As formas para atestar a qualidade dos produtos apresentados pelos licitantes como similares aos das marcas indicadas no edital foram previstas no art. 42 da Lei.

9.4.2.2.4 Por outro lado, o legislador admite a proibição de adquirir uma marca ou produto específico. Isso pode ocorrer quando, por meio de um processo administrativo, for comprovado que os produtos adquiridos e utilizados anteriormente pela Administração não atendem aos requisitos essenciais para o adimplemento da obrigação contratual *(Lei 14.133/2021, art. 41, inciso III.).*

9.4.2.3 Retomando a análise do art. 59 da Lei 14.133/2021, o inciso III trata do atendimento ao orçamento estimado (preço máximo) definido pela Administração. Nesse caso, se após a negociação com o licitante provisoriamente vencedor, a proposta permanecer acima do orçamento estimado, ela será desclassificada *(Lei 14.133/2021, art. 61, caput e § 1º; IN – Seges/ME 73/2022, art. 30, § 2º.).*

9.4.2.4 Ainda no inciso III, complementado pelo inciso IV do art. 59, o legislador aborda a desclassificação pela inexequibilidade das propostas. Se os preços apresentados pelos licitantes parecerem insuficientes para arcar com os custos da execução do objeto, a Administração deverá realizar diligências para aferir a exequibilidade ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, sob pena de desclassificação *(Lei 14.133/2021, art. 59, incisos III, IV e § 2º.).*

9.4.2.4.1 Para obras e serviços de engenharia, a Lei 14.133/2021 *(Lei 14.133/2021, art. 59, § 4º.)* delimitou a inexequibilidade a valores inferiores a 75% do valor orçado pela Administração. Sobre o assunto, cabe mencionar recente jurisprudência do TCU no sentido de que esse percentual trata de presunção relativa de inexequibilidade, fazendo-se necessária, portanto, a realização de diligências para dar oportunidade aos licitantes de demonstrarem a exequibilidade de suas propostas, em atenção à Sumula – TCU 262 e ao princípio da seleção da

proposta mais vantajosa para a Administração Pública *(Acórdão 2088/2024 – TCU – Segunda Câmara, item 9.3; Acórdão 465/2024-TCU-Plenário, item 9.3.).* Esse também é o entendimento expresso na IN – Seges/MGI 2/2023, art. 28, parágrafo único.

9.4.2.4.2 Nas contratações de obras e serviços de engenharia e arquitetura, deverão ainda ser considerados, na avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital *(Lei 14.133/2021, art. 59, inciso III e § 3º.).*

9.4.2.4.3 Para a contratação de bens e serviços, a Administração pode estabelecer, de acordo com o caso concreto, um parâmetro, com base no orçamento estimado, como critério de presunção relativa de inexequibilidade. Assim, quando atingido esse limite, haverá inversão do ônus da prova, ou seja, será dada oportunidade ao licitante para que demonstre a exequibilidade da sua proposta.

9.4.2.4.3.1 No âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, foram estabelecidos os seguintes limites para presunção relativa de inexequibilidade:

a. **em licitações para contratação de bens e serviços em geral, com critério de julgamento por menor preço, por maior desconto ou por técnica e preço, 50% do valor orçado pela Administração** *(IN – Seges/ME 73/2022, art. 34 e IN – Seges/MGI 2/2023, art. 29.);*
   e
b. **em licitações com critério de julgamento por maior retorno econômico, percentuais referentes à proposta de preços inferiores a 10%** *(IN – Seges/ME 96/2022, art. 39.)*

9.4.2.4.4 Os dispositivos também estabelecem que a inexequibilidade só será considerada após uma diligência realizada pelo agente ou pela comissão de contratação. Nesse caso, a diligência deve comprovar que o custo do licitante é maior do que o valor proposto e que não existem custos de oportunidade que justifiquem a oferta apresentada *(IN – Seges/MGI 2/2023, art. 29, parágrafo único; IN – Seges/ME 96/2022, art. 39, parágrafo único, e IN – Seges/ME 73/2022, art. 34, parágrafo único.).*

9.4.2.4.5 Quando a proposta apresentada na sessão pública possuir valor inferior a 50% do valor orçado pela Administração, constitui boa prática solicitar que a licitante comprove a exequibilidade de sua proposta, por meio de notas fiscais, contratos ou outros documentos que demonstrem que ela tem capacidade de fornecer o produto ou prestar serviço compatível com aquele preço **(Enunciado – CJF 48/2023)**

9.4.2.4.6 O TCU já se manifestou sobre o assunto *(Relatório do Acórdão 325/2007, item 9.6; voto do Acórdão 3092/2014, parágrafo 18, ambos do Plenário do TCU.)*, **apresentando exemplos de estratégias comerciais que podem motivar o licitante a reduzir ou mesmo a retirar por completo a sua margem de lucro na proposta de preços, a exemplo de interesses próprios da empresa em: quebrar barreiras impostas pelos concorrentes no mercado; incrementar o seu portfólio; formar um novo fluxo de caixa advindo do contrato e que pode contribuir com outros tipos de ganho.**

9.4.2.5 A quinta e última, inciso V do art. 59hipótese dispõe sobre a desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, com a mesma ressalva de que seja insanável. Assim, se a Administração entender necessário, poderá realizar diligências ou solicitar aos licitantes a apresentação de informações complementares.

9.4.2.5.1 Se todas as propostas forem desclassificadas, há a possibilidade de dispensar a licitação *(hipótese prevista no inciso III do art. 75 da Lei 14.133/2021.),* desde que o procedimento tenha sido realizado há menos de um ano (sem vícios passíveis de nulidade) e mantidas as regras definidas originalmente no edital. A adoção dessa hipótese de dispensa requer, no entanto, algumas ponderações e cautelas (comentadas no item 5.10.2.2 deste manual).

9.4.3 Referências normativas para a aceitabilidade e desclassificação:

- Lei nº 14.133/2021;
- IN – Seges/ME 2/2023;
- IN – Seges/ME 96/2022;
- IN – Seges/ME 73/2022;
- Enunciado – CJF 48/2023;

SEÇÃO 10 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (inciso X do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso X do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

10.1 - DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, e nos vínculos abaixo espelhado, e ainda, juntado aos autos:

Equipamento

Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso (F. PADRÃO/ ORIG/ APL/ DES/ DET)				
10 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES				
001 Departamento de Educação				
12.361.0013.2047 Transporte Escolar				
3.3.90.33.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO				
03350	E	00000	0000/01/07/00/00	Recursos Ordinários (Livres)
03360	E	00104	0104/01/01/00/00	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica
03360	EA	00104	0104/01/01/00/00	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica
03370	E	00107	0107/99/01/00/00	Salário-Educação
03370	EA	00107	0107/99/01/00/00	Salário-Educação
03380	E	00126	1005/03/01/01/01	Convênio Transporte Escolar Estadual - PETE
03390	E	00142	1043/09/01/06/00	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao T

DO FORMATO DOS DOCUMENTOS

A apresentação dos documentos listados nas Habilitações, serão aceitos em formato digital, ou em outro canal disponibilizado pela contratante, nos limites temporais admitido no edital.

DA CIÊNCIA DOS FISCAIS DO CONTRATO

Os fiscais nomeados pelo Decreto nº 4591/2025, estão cientes das suas obrigações perante a execução do objeto ora contratado, assim como, devem saber das condições impostas neste Termo de Referência, de forma que em todos os seus níveis de fiscalização, tem acesso facilitado aos documentos para tomar conhecimento suficiente para suportar os termos de fiscalização da regularidade de execução do mesmo, em conformidade as obrigações assumidas pela nomeação. A saber:

Fiscal Administrativo: Beatriz Hordina;

Fiscal Técnico: Marilce Colaca;

Fiscal Setorial: Alexsandra Miri.

DA RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Declaro estar ciente de todas as implicações pelas informações prestadas no presente Termo de Referência e em relação a elas assumimos de forma solidária a responsabilidade.

São Jorge D'Oeste, 7 de janeiro de 2026

CLODOALDO BLANK
Agente de Contratação – Fase de Planejamento.
Portaria 2865/2025

NEIDE LORENCENA
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Decreto nº 4.484/2025

CLAIR MARIANO DA COSTA
Secretária Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças.
Decreto nº 4.496/2025

ANEXO I

PALNILHA DE CUSTOS PARA FORMAÇÃO DO PREÇO/KM PARA FINS DE EVENTUAIS ADITIVOS								
1	INFORMAÇÕES GERAIS							
1.1	INFORMAÇÕES DO OBJETO	LINHA					KM ANUAL DA LINHA	
1.2		KM DIÁRIO (VIAGEM)						
1.3	INFORMAÇÕES DO VEÍCULO	MODELO						
1.4		PLACA						
1.5		KM ATUAL			VALOR (FIPE)		CUSTO TOTAL POR KM RODADO	R$ 0,00
1.6	INFORMAÇÕES DO CONDUTOR	NOME:						
1.7		HABILITAÇÃO	CATEGORIA		VALIDADE			
	INDICADORES			UNIDADE DE MEDIDA	CONSUMO ANUAL	VALOR UNITÁRIO	CUSTO TOTAL	CUSTO POR KM
2	CUSTOS VARIÁVEIS							R$ 0,00
2.1	Custos com veículo	Combustível		Lt			R$ 0,00	-
2.2		Fluídos e lubrificantes		Lt			R$ 0,00	-
2.3		Pneus		Und			R$ 0,00	-
2.4		Lavagem e higienização		Mês			R$ 0,00	-
2.5		Manutenção do veículo		Mês			R$ 0,00	-
2.6	Custos de operacionalização	INMETRO		Vistoria			R$ 0,00	-
2.7		DER		Vistoria			R$ 0,00	-
2.8		DETRAN		Vistoria			R$ 0,00	-
2.9		CONTRAN		Vistoria			R$ 0,00	-
2.10		DENATRAN		Vistoria			R$ 0,00	-
2.11	Despesas gerais	Mensalidade cameras de monitoramento		Mês			R$ 0,00	-
2.12							R$ 0,00	-
3	CUSTOS FIXOS							R$ 0,00
3.1	Folha de pagamento	Salário		Mês	12		R$ 0,00	-
3.2		Encargos de salário		Mês	12		R$ 0,00	-
3.3		Férias e 13º Sal.		Mês	12		R$ 0,00	-
3.4		Encargos de fèrias e 13º Sal		Mês	12		R$ 0,00	-
3.5	Custos sobre o veículo	C.R.L.V		Anual	1		R$ 0,00	-
3.6		Seguro obrigatório		Anual	1		R$ 0,00	-
3.7		Apólice de seguro		Anual	1		R$ 0,00	-
3.8		Depreciação	20% aa	Anual	1	R$ 0,00	R$ 0,00	-
3.9	Despesas adminitrativas	*Honorários*		Mês	12		R$ 0,00	-
3.10		Pro-labore		Mês	12		R$ 0,00	-
3.11		Impostos e taxas		Mês	12		R$ 0,00	-
4	VANTAGENS							R$ 0,00
4.1	Retorno financeiro	BDI		Anual	1		R$ 0,00	-
4.2		LUCRO		Mês	12		R$ 0,00	-

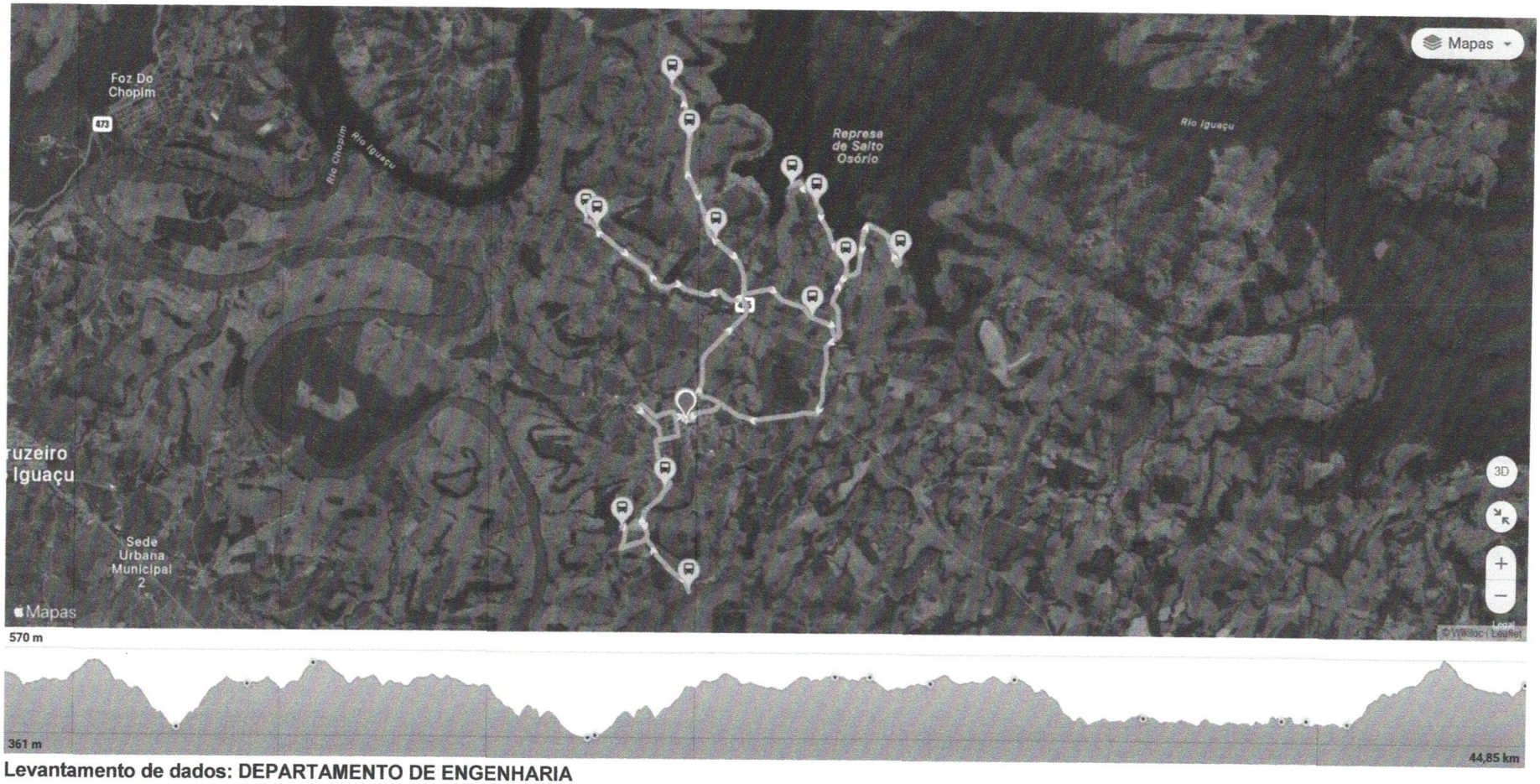
RESUMO DA PROPOSTA							
INFORMAÇÕES DO OBJETO	LINHA					CUSTO TOTAL POR KM RODADO	PROPOSTA COMERCIAL
	KM DIÁRIO (VIAGEM)						
INFORMAÇÕES DO VEÍCULO	MODELO						
	PLACA						
	KM ATUAL			VALOR (FIPE)	R$ 0,00	R$ 0,00	
INFORMAÇÕES DO CONDUTOR	NOME:						
	HABILITAÇÃO	CATEGORIA		VALIDADE			

ANEXO II



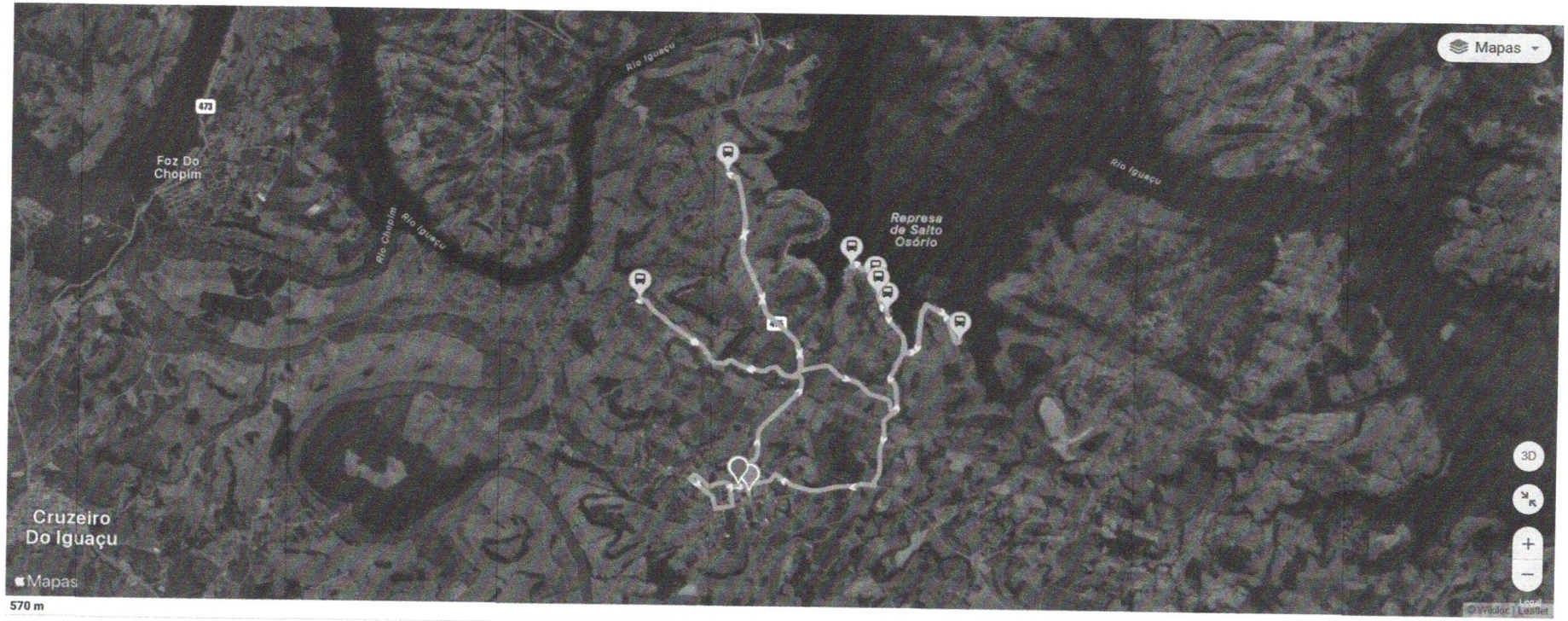
Levantamento de dados: DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA
Linha 12: LAGOS DO IGUAÇU / DR. ANTONIO PARANHOS
Trajeto 01
KM: 40,39 km
Data de levantamento: 16/04/2025

000093



Levantamento de dados: DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA
Linha 12: LAGOS DO IGUAÇU / DR. ANTONIO PARANHOS
Trajeto 02
KM: 44,85 km
Data de levantamento: 16/04/2025

000094



Levantamento de dados: DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA
Linha 12: LAGOS DO IGUAÇU / DR. ANTONIO PARANHOS
Trajeto 03
KM: 35,87 km
Data de levantamento: 16/04/2025

060095